

EXPOSIÇÃO DO SENHOR ENRIQUE V. IGLESIAS, PRESIDENTE DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, NA OCTOGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DA ASSEMBLÉIA DE GOVERNADORES

Santiago, Chile - 18 de março de 2001

I. *De onde viemos: a década de 90*

A década de 90 apresentou ao Banco uma série de novos desafios, fundamentalmente associados à superação da profunda crise que sacudiu a região nos anos 80, a chamada “década perdida”. A severidade da crise econômica experimentada pela região foi de uma magnitude que não se havia registrado desde a Grande Depressão e sua resolução obrigou os países da América Latina e do Caribe a atravessar um doloroso e inevitável processo de ajuste econômico. A capacidade de resposta dos países da região em fase desta comoção externa se viu severamente limitada pela debilidade e rigidez estrutural de suas economias, devido em parte ao elevado endividamento externo, vultosos déficits fiscais, aplicação de políticas monetárias pouco estritas e perda de competitividade nos mercados internacionais.

A. *Sétima Reposição de Recursos – 1989*

A negociação da Sétima Reposição de Recursos, que culminou em 1989, convocou o Banco como organismo multilateral de financiamento a contribuir para a resolução da crise, dotando-o de mandatos claros para guiar sua ação e de instrumentos para executá-la. A recuperação econômica dos países da América Latina e do Caribe demandava recursos financeiros externos para financiar as importações de bens de capital e bens intermediários e retomar o crescimento econômico. Na verdade, não se podia esperar que o crescimento

descansasse exclusivamente na recomposição da poupança interna e contar com recursos externos era uma condição necessária, embora não suficiente, para ajudar a romper o vínculo entre a limitada oferta de poupança interna e a demanda de investimento. Mas também eram necessárias melhoras contínuas no conjunto de políticas públicas; como resultado, a Sétima Reposição privilegiou particularmente três dimensões: (1) melhorar a eficiência econômica de todos os setores econômicos, sem restrições *a priori*, apoiando os governos que se comprometessem a empreender um programa de reformas de políticas, com recursos de rápido desembolso e de cooperação técnica quando fosse necessário para robustecer sua capacidade técnica de administrar as novas políticas públicas; (2) manter o objetivo traçado durante o Quinto e Sexto Aumento de Recursos, no sentido de assegurar que **50%** do programa de empréstimos para projetos beneficiem grupos de baixa renda; e (3) destacar a importância de conservar a base de recursos naturais da qual depende o desenvolvimento econômico, o que ficou plasmado na importância de fortalecer a função ordenadora do meio ambiente como um objetivo de desenvolvimento, respaldando políticas públicas com essa finalidade.

Os Governadores também enfatizaram a importância de criar oportunidades para os pequenos empresários e para as mulheres como reconhecimento do papel que o setor informal desempenha nas economias regionais e as mulheres como artífices da reforma social na família e através de sua inserção nos mercados de trabalho.

Esperava-se desta forma reverter a grave deterioração econômica, reduzir a dívida a longo prazo e evitar que se deteriorassem ainda mais as condições sociais das grandes massas. A profundidade da crise havia obrigado praticamente todos os países da região a adotar medidas para enfrentar estas condições externas. As reformas visavam não somente a recuperar a estabilidade macroeconômica, mas também a restabelecer as condições propícias para o investimento, reduzindo a incerteza associada aos prejudiciais desequilíbrios macroeconômicos.

Durante os anos 80, a lenta resolução da crise da dívida manteve os países da América Latina e do Caribe fora do mercado internacional de capital privado e a recuperação se baseou em boa medida no apoio que os organismos oficiais, bilaterais e multilaterais

proporcionaram. A Sétima Reposição dotou o Banco de um instrumento de financiamento específico e separado dos demais instrumentos disponíveis para participar na resolução da crise, os *empréstimos setoriais*, entendidos como uma modalidade flexível de fundos de rápido desembolso. Esta modalidade de empréstimos foi elaborada especificamente para apoiar reformas de política ou institucionais sem restrição *a priori* de nenhum setor ou subsetor. Esperava-se que estes empréstimos fossem desembolsados em duas parcelas durante um período que provavelmente não excederia dois anos. A pertinência de utilizar os empréstimos setoriais seria estabelecida durante o processo de programação da cooperação financeira do Banco com o país e o diálogo de políticas franco entre o Banco e o mutuário, guiado pela análise das medidas de política necessárias para melhorar o desempenho setorial.

Assim, o Banco, tradicionalmente associado ao financiamento da infra-estrutura física, tanto econômica como social, e ao apoio dos setores produtivos como a agricultura e a indústria, foi convocado a participar no apoio às grandes reformas iniciadas nos anos 80 e princípio dos anos 90 com orientações gerais emanadas das instituições de Bretton Woods e acordadas com os respectivos governos. Com um limite de até 25% do montante do programa de empréstimos para o período 1990-1993, o Banco se somou ao Banco Mundial para propor e formular os empréstimos de apoio às reformas setoriais, fazendo gravitar a considerável experiência e conhecimento do Banco na América Latina e no Caribe.

B. O Oitavo Aumento de Recursos - 1994

O Banco deu um passo adiante quando seus Governadores instruíram a Administração a concentrar sua atenção nos temas relevantes que estavam surgindo no processo de desenvolvimento: o agravamento dos problemas sociais, a modernização das estruturas econômicas, a integração e a deterioração do meio ambiente. Na Sétima Reposição o Banco avançou, como mencionamos anteriormente, no apoio aos processos de reformas estruturais, junto com o Banco Mundial. O Oitavo Aumento constituiu uma efetiva revisão integral da ação do Banco num amplo espectro de objetivos e de instrumentos que representaram uma enorme inovação tanto por seu alcance como por seu aprofundamento *vis à vis* os mandatos das demais instituições multilaterais de crédito nessa data. O Oitavo Aumento se

transformou assim numa verdadeira carta de navegação para orientar a instituição em suas políticas de apoio aos países da região, num momento crucial de revisão e mudança das políticas econômicas e sociais.

Como os Governadores devem estar lembrados, o Oitavo Aumento identificou três campos claros para a ação do Banco na região: a redução da pobreza e o aumento da equidade social, a modernização e a integração e o meio ambiente, sem desatender certamente às áreas identificadas na Sétima Reposição de Recursos.

A luta contra a pobreza e a desigualdade deve ser feita através "de uma ampla variedade de atividades extensamente relacionadas com a reforma social e a redução da pobreza". O Banco foi instruído para dar apoio a uma ampla gama de iniciativas que vão desde as necessidades da família, da mulher, da juventude, saúde, desnutrição e formação do capital humano, até o programa de melhoramento da eficiência do gasto social e programas de emergência e de descentralização.

Para focalizar a ação do Banco nos setores sociais, a Administração deveria destinar uma proporção substantiva do volume anual de empréstimos ao financiamento de programas e projetos classificados como sociais, numa proporção que não fosse inferior a 40% do volume total de colocações anuais do Banco e a 50% do número total de operações aprovadas.

O segundo grande objetivo do Oitavo Aumento foi o de apoiar a *modernização econômica e social*. Nessas atividades, os Governadores deram claras instruções em matéria de apoio à competitividade através da concentração em programas de investimento privado nacional e estrangeiro nos setores produtivos, o fortalecimento das instituições de capacitação e de geração e difusão de tecnologia, o apoio às PME, a reforma e modernização dos setores financeiros, a expansão da infra-estrutura, etc.

A modernização do setor público deveria apoiar as reformas que levassem a uma maior governabilidade, não só através da estabilidade macroeconômica, da reforma dos serviços sociais ou manutenção de sistemas de seguridade social compatíveis com a solvência fiscal, mas também através da reforma ampla de todas as instituições públicas.

Como parte deste esforço orientado para o crescimento competitivo e aberto, se privilegiou o apoio à *integração econômica* “em mercados regionais como um caminho para alcançar o objetivo final de uma abertura multilateral não discriminatória com o resto do mundo”. Em apoio à modernização e integração, se propôs aumentar substancialmente o crescimento econômico, altamente deprimido nos anos 80, e que somente conseguiu uma recuperação modesta na década passada.

O *objetivo ambiental* foi especialmente priorizado pelos Governadores em resposta à importância crescente da sustentabilidade do crescimento nas atividades do Banco e à ação dos governos membros. O objetivo proposto envolveu distintas dimensões do tema, que incluíram desde o fortalecimento dos mecanismos legais e institucionais até a importância da conservação e uso eficiente da energia para o meio ambiente urbano e uma gestão de recursos naturais sustentável.

O Oitavo Aumento também dotou o Banco de *novos instrumentos* e renovou outros existentes. A esse respeito, os Governadores destacaram a importância da *programação com um enfoque de país como instrumento de desenvolvimento e a necessidade de adotar nossa própria função de planejamento estratégico institucional*. A formulação de uma estratégia em cada país, baseada num diálogo intenso e contínuo com suas autoridades e representantes, a fim de identificar um programa de trabalho mutuamente acordado para o financiamento e a cooperação técnica, tem sido a característica central da relação do Banco com os países membros mutuários, e partiu da idéia de que, para maximizar o impacto de desenvolvimento, o programa do Banco em seu conjunto deve ser coerente com as necessidades específicas de desenvolvimento de cada país, o que supõe contribuições igualmente específicas e feitas sob medida.

Outro instrumento renovado pelo BID-8 foram os *empréstimos para apoiar reformas de políticas*, que na linguagem da Sétima Reposição eram denominados empréstimos setoriais, cujo limite foi reduzido, por proposta da Administração, de 25% a 15% do programa durante o período da reposição, devido a que se considerava que o esforço fundamental de reformas havia sido cumprido nos primeiros anos da década de 90.

Um terceiro instrumento introduzido pelo Oitavo Aumento foram as *operações diretas de empréstimo e garantia ao setor privado sem garantia ou contragarantia soberana*. A criação do guichê do setor privado como uma ferramenta de desenvolvimento representou uma importante *inovação* nas políticas do Banco. A necessidade de obter experiência e limitar inicialmente o risco destas operações para o Banco levou a que os Governadores estabelecessem um teto para este tipo de operações, limitando o risco individual por projeto a US\$ 75 milhões ou 25% do custo total, e o risco global para o Banco a 5% do montante dos compromissos anuais autorizados. Estes limites individuais e globais foram revisados e ampliados pelos Governadores em 1998, com o fim de favorecer o financiamento de projetos nos países de menor desenvolvimento relativo. O financiamento do Banco para os projetos nos grupos de países C e D poderia chegar a 40% do custo total do projeto; para as operações de garantia de riscos políticos, o limite foi ampliado para chegar a 50% do custo total ou US\$ 150 milhões. O limite global original foi substituído por um novo limite calculado como 5% sobre o saldo pendente de pagamento da carteira do Banco, o que permitiu ampliar o financiamento de aproximadamente US\$ 350 milhões anuais para US\$ 550 milhões anuais.

Por último, os Governadores destacaram o papel da cooperação técnica como essencial para o êxito dos esforços de desenvolvimento dos países membros e dos empréstimos do Banco, considerando que uma parte vital e crescente dos esforços destinados a apoiar as reformas de políticas, o fortalecimento das instituições e o desenvolvimento da capacidade local em setores essenciais requer assistência técnica.

Ao cabo de uma década de reformas quais foram as experiências da região?

Não abordaremos aqui o que já dissemos em diversas oportunidades aos Governadores. Mas em resumo e não esquecendo por certo a diferença entre países e situações particulares, assim como também a relatividade das médias, podemos assinalar as seguintes grandes conquistas e frustrações no trabalho realizado.

C. As conquistas de uma década

Uma das conquistas mais significativas da América Latina e do Caribe foi a *consolidação e aprofundamento dos regimes democráticos*. Sem isto, não seria possível avançar na modernização das economias e sociedades da América Latina. A participação ativa de todos os cidadãos nesse processo deve ser promovida e valorizada por todos os meios. Os países da região encontraram na liberdade e respeito aos direitos humanos um valor central do sistema democrático e, com todos os problemas que ainda subsistem, se encaminham para uma prática firme e coerente de valores e princípios éticos, sem os quais a governabilidade democrática perde sentido. A democracia deve ser a garantia dos direitos humanos entendidos como os direitos políticos, econômicos, sociais, educacionais e culturais, pois todos se relacionam estreitamente com a natureza básica do homem e sua dignidade.

Em *matéria econômica*, restabeleceu-se o *equilíbrio macroeconômico* e, com isso, as expectativas inflacionárias foram afastadas, alcançou-se a abertura econômica dentro da região com avançados processos e programas de integração regional e com o resto do mundo, avançaram as reformas do Estado em diversos níveis e, em geral, conseguiu-se uma melhoria notável na gestão macroeconômica e nas políticas de governo. A correção dos volumosos déficits orçamentários que nos anos 80 desataram os processos inflacionários supunha não somente reduzir a massa de recursos da economia administrada pelo Estado, mas resgatar como princípio de distribuição dos recursos a vantagem comparativa do setor privado na prestação de serviços e produção de bens. Por outro lado, a renegociação internacional da dívida externa, o vigoroso comportamento das exportações e os maiores fluxos de capitais melhoraram o comportamento econômico da região, após vários anos de estagnação. O aumento impressionante nos fluxos de capital durante os anos 90 excedeu todas as expectativas, mas mostrou-se extraordinariamente errático.

As reformas de política estiveram orientadas primordialmente pelo objetivo de devolver aos sinais de preços seu papel na distribuição dos recursos, criando e sustentando políticas para respaldar a recuperação econômica. As reformas do comércio exterior, dos mercados de produtos e fatores e dos mercados financeiros tiveram por objeto restabelecer o

sistema de preços relativos, que haviam ficado muito distorcidos por um complexo emaranhado de regulamentações e intervenções e, em alguns países, pelo virtual desaparecimento dos signos monetários nacionais como meio de pagamento e unidade de conta, em consequência da hiperinflação.

Em matéria de *comércio exterior*, para facilitar o comércio internacional e eliminar as distorções que encareciam os bens e serviços, os países da região reduziram drasticamente as barreiras tarifárias, desmontaram os controles e restrições às importações e eliminaram os sistemas de câmbios múltiplos. A *integração regional* experimentou um renovado dinamismo. As iniciativas de natureza bilateral, sub-regional e extra-regional aprofundaram a liberalização do comércio e complementaram o processo global de abertura externa e reformas estruturais.

A experiência das *reformas financeiras*, que tiveram por objeto melhorar a distribuição dos recursos provenientes da poupança interna e externa e consolidar uma estrutura de intermediários financeiros solventes e rentáveis, destacou a importância de manter elevadas exigências de capitalização, contar com um quadro de prevenção e vigilância moderno e permitir a participação de entidades estrangeiras no setor. Contudo, o progresso não foi igualmente profundo em todos os países, e em alguns casos subsistem sérias deficiências regulamentares e de supervisão que obstaculizam a estabilidade macroeconômica.

Em *matéria tributária*, as reformas também foram profundas, embora menos homogêneas entre os países. Suas características mais comuns são a busca da neutralidade, a simplificação judicial e administrativa e o aumento das arrecadações. Todavia, a eficácia das normas tributárias ainda é baixa em muitos países da região e há um panorama muito heterogêneo em matéria de arrecadação tributária.

A reforma das *empresas públicas* foi crucial, tanto para o programa de estabilização como para o objetivo de reforma estrutural que se propôs reduzir o déficit fiscal originado pelas entidades autônomas e aumentar a cobertura e a eficiência da infra-estrutura de serviços públicos. Ao mesmo tempo, as reformas abriram novos espaços de investimento ao

capital privado e aos investidores estrangeiros, com efeitos favoráveis sobre a produtividade e a eficiência. Embora o alcance e velocidade dos processos de privatização tenham diferido muito entre os países, a América Latina se manteve na vanguarda deste processo nos anos 90.

Outra frente em que os países da América Latina embarcaram foi em matéria de *reforma dos sistemas de pensões*. Os sistemas públicos de divisão simples, que constituíam uma bomba-relógio fiscal, foram dando lugar em oito países da região a sistemas baseados total ou parcialmente no princípio de contas individuais que estimulam a poupança de um crescente número de contribuintes em idades produtivas. Todavia, com as reformas também se suprimiu uma fonte tradicional de financiamento do setor público, aumentando as dificuldades de muitos países para obter o equilíbrio fiscal e explicando a necessidade dos governos de recorrer ao endividamento para financiar a transição de um sistema a outro.

A região está hoje mais bem administrada e para isso os organismos de financiamento internacional fizeram uma clara contribuição. As reformas estruturais contribuíram para promover uma boa imagem da região nos mercados internacionais e isso explica em parte a grande afluência de *investimentos estrangeiros* atraídos durante toda a década com um ritmo sustentado que superou US\$ 50 bilhões de dólares anuais nos últimos anos, assim como também os fluxos financeiros de curto prazo e o acesso geral do setor público e privado em alguns países aos mercados financeiros internacionais.

A capacidade de formular e administrar políticas públicas é uma questão crucial para qualquer Estado moderno que se dirime em duas dimensões essenciais. Por um lado, na necessidade de gerar informação precisa, integral e oportuna para o processo decisório e, por outro, na importância que reveste o conhecimento das políticas públicas e a compreensão do impacto das mesmas para os cidadãos comuns, e não só para os setores mais bem informados ou organizados. Há uma grande fronteira a atravessar ainda com relação à eficácia do aparato estatal para administrar as políticas públicas, comunicá-las e corrigi-las quando for pertinente, enfatizando a importância da compreensão das decisões de governo por parte do cidadão comum. A institucionalidade do Estado resulta tão ou mais importante

quando afeta o custo das atividades comerciais, especialmente para as empresas pequenas e médias.

D. As frustrações

Mas também é importante inventariar grandes *frustrações* experimentadas na maioria de nossos países. Estas frustrações se concentraram em três grandes fontes de vulnerabilidade que caracterizam a América Latina de hoje: o crescimento, a questão social e as relações econômica externas.

A taxa de crescimento econômico, embora tenha se recuperado durante os anos 90 em relação à década de 80, foi modesta, além de volátil, e somente em 1997 o ritmo de crescimento alcançado foi superior ao registrado no início dos anos 70. Durante as discussões mantidas nos seminários do Banco, se destacou a notável importância dos fatores externos sobre o desempenho econômico da América Latina e Caribe, e se mostrou que a capacidade da região de recuperar o ritmo de crescimento depende de maneira crucial do contexto internacional. Ficou claro que, embora os países discordem entre si a respeito do grau em que os fatores externos os influenciam, as flutuações econômicas da região seguem um padrão uniforme entre países, o que sugere que existem fatores comuns externos à região de importância para o crescimento econômico.

Os pesquisadores encontraram uma clara associação entre o crescimento e a magnitude dos fluxos líquidos de capital que chegam à região e a notável volatilidade desses fluxos está associada à elevada volatilidade do crescimento na região. Também constataram que um aumento dos fluxos de capital de 1% do PIB aumenta tipicamente o investimento numa proporção equivalente e acelera o crescimento em quase 0,4%. Contrariamente, o crescimento em períodos em que o acesso ao financiamento externo se fecha é ainda mais lento e se contrai em quase 1% do PIB quando o financiamento externo se reduz em forma equivalente.

A vulnerabilidade externa continua presente como esteve nas décadas precedentes. Cerca de 70% de nosso comércio exterior continua atado à exportação de matérias-primas altamente vulneráveis às flutuações dos preços. Continuamos igualmente dependendo do

alto fluxo de investimento privado externo e, em alguns países, dos fluxos financeiros de curto prazo que são igualmente voláteis e estão expostos ao fenômeno de contágio internacional, como ocorreu com a crise asiática e a crise russa. Ao contágio internacional se somou o contágio regional quando algumas economias, seja por causas externas ou por deficiências em suas políticas internas, afetaram com sua crise de conjuntura os países vizinhos.

Novamente, a disponibilidade de financiamento externo também desempenha um papel crítico para amortecer os choques adversos, impedindo que os níveis de consumo e investimento se desmoronem, por exemplo em face da ocorrência de desastres naturais ou contribuindo para atenuar o impacto da deterioração dos preços de exportação de nossos produtos básicos na taxa de investimento e crescimento. A vulnerabilidade da região aos choques de preços se amplifica, como dizíamos, pela falta de diversificação de suas exportações e tem o efeito perverso de ameaçar a solvência do país afetado, o que, por sua vez, impede o acesso aos mercados financeiros que permita enfrentar os choques adversos. A escassa diversificação das exportações da região é extremamente onerosa e destaca a vulnerabilidade da América Latina e do Caribe.

O *desenvolvimento social* só foi alcançado parcialmente, apesar dos aumentos do gasto social. Embora a pobreza tenha diminuído levemente em termos relativos, aumentou em termos absolutos. A desigualdade da América Latina é a mais alta do mundo em desenvolvimento. A isso se agrega o desemprego, a exclusão de grupos sociais e os novos problemas da sociedade contemporânea com a fratura da família, a violência, o crime organizado, etc. Os fatores externos também ajudam a explicar parte da história. Quando o acesso aos mercados de capital se fecha, o que frequentemente ocorre é um colapso dramático da atividade econômica. O colapso que ocorre na economia real, a chamada “freada”, desata um processo destrutivo da economia real, o crédito desaparece e se estrangula a produção. Calculou-se que o drástico freio que isto provoca no crescimento econômico e a recessão que se segue normalmente à freada dos fluxos de capital, tal como ocorreu a partir de 1982 e após 1998 (a crise russa), representam uma perda em crescimento médio equivalente a mais de 2 pontos percentuais do PIB entre os anos com e sem acesso aos mercados financeiros. Isto por si só representa uma mudança dramática nas

oportunidades dos pobres, que conseguem começar a sair da pobreza apenas se reativa a economia mas que são os primeiros em acusar o impacto quando a atividade econômica se contrai bruscamente.

II. *Para onde vamos: olhando para o futuro*

A. Desafios institucionais

O balanço de resultados e frustrações no início da nova década apresenta ao Banco novos desafios que emanam das mudanças registradas nas economias nacionais na última década e da crescente internacionalização, assim como também das demandas de revisão do papel dos bancos multilaterais feitas pelos governos e pela opinião pública. O papel que o Banco deverá desempenhar nos próximos anos deve ser examinado à luz dos objetivos dos governos dos países membros, mas afirmando ao mesmo tempo a origem e o significado histórico do Banco e compreendendo a responsabilidade da instituição de formular e encarar seu futuro.

Poderíamos identificar os seguintes desafios para discussão interna:

- O papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento na nova arquitetura financeira internacional e o debate suscitado em torno desse tema, tanto nos países não mutuários como nos mutuários e na própria opinião pública.
- O papel do Banco em relação às necessidades e demandas dos países da região e a crescente heterogeneidade de sua estrutura econômica e social.
- A necessidade de reafirmar e aprofundar os mandatos do Oitavo Aumento por parte dos Governadores tendo em vista os desafios anteriores.
- A oportunidade de atualizar os “instrumentos” de cooperação do Banco com os países da região.

- A preservação, dentro de um contexto internacional complexo, da natureza regional da Instituição e de sua própria identidade como Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

1. O papel do Banco no debate internacional sobre o futuro dos bancos multilaterais de desenvolvimento

Nos últimos anos iniciou-se um saudável e ativo debate sobre o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) no âmbito dos comitês dos organismos de Bretton Woods.

A discussão sobre o papel dos BMD nos países de menor desenvolvimento econômico teve lugar em torno da iniciativa para os países pobres muito endividados (PPME), na qual participaram ativamente os bancos de desenvolvimento e os países doadores, e também em torno da preparação das estratégias para redução da pobreza, concebidas como ferramentas essenciais de política para vincular a redução da dívida dos países com um ataque maciço à pobreza.

Abre-se agora um novo capítulo: o debate em torno do papel desses organismos nos países de renda média. Acompanhamos a discussão do tema com as equipes técnicas do Banco Mundial no diálogo com as demais instituições de desenvolvimento.

Do inventário de documentos e relatórios de que dispomos, poderíamos resumir em grandes traços as posições dos grupos de países da seguinte maneira:

- Para os países desenvolvidos, a revisão do papel desses organismos deve ser feita como resposta aos problemas da pobreza, governabilidade interna, coordenação entre os bancos do sistema e políticas de preços na área de gestão desses organismos. Nos setores operacionais desses bancos, as principais questões giram em torno da provisão de bens públicos globais, reforma do setor financeiro e apoio à administração pública, entre outros.
- Para os países mutuários, as principais demandas têm a ver com a cooperação ampliada dos BMD perante as novas necessidades que surgiram, em particular as

derivadas do fenômeno da globalização, apoio às políticas de prevenção e atenuação das situações de crise, apoio à melhoria do gasto público, criação e fortalecimento das redes de proteção social, função catalisadora de estímulo ao ingresso de capitais privados e cooperação com os processos de integração. A questão fundamental para os países de renda média é que os BMD assumam uma função anticíclica, em oposição ao que ocorreu até agora, de maneira que, com suas políticas e instrumentos de empréstimo, possam ajudar os países a resolver os problemas de desenvolvimento tradicionais e os novos problemas derivados das políticas internas e da economia internacional.

2. O papel do Banco em relação às novas necessidades e demandas dos países da região

Acreditamos que o Banco deve procurar entender e atender as necessidades e aspirações de todos os países membros, reconhecendo a identidade de cada um. Como dissemos anteriormente, as novas necessidades de cooperação do Banco com os países membros decorrem dos problemas que preocupam os países no início desta nova década resultantes do balanço de resultados e frustrações que a década de 90 nos deixou.

- *As vulnerabilidades sociais*, essencialmente derivadas da situação de pobreza, desigualdade, desemprego e exclusão, já descritas. As políticas de proteção social adquirem uma relevância fundamental associada com uma política frontal no campo da reforma educativa.
- *A vulnerabilidade econômica*, derivada da baixa taxa de crescimento, bem como do baixo nível de investimento e poupança. Nessa linha destacam-se como áreas prioritárias a reforma do sistema produtivo para aumentar a competitividade e o desenvolvimento dos mercados de capital.
- *A vulnerabilidade institucional*, que se vincula ao bom governo num sentido amplo, o que implica a reforma do Estado e a participação da sociedade civil; tudo isso deve refletir-se em instituições sólidas, eficientes, transparentes e responsáveis, sem o que não haverá desenvolvimento integral sustentável.

- A *vulnerabilidade externa*, vinculada especialmente à insuficiente quantidade e qualidade das exportações. Destaca-se nesse campo a prioridade que supõe o apoio aos esforços de integração, linha central da ação do Banco ao longo de sua história, bem como a cooperação com as iniciativas vinculadas à inserção da região em blocos comerciais maiores.
- A *vulnerabilidade ambiental*, derivada do manejo inadequado dos recursos naturais e das excepcionais taxas de expansão da urbanização. Ambos os fatores estão presentes no desenvolvimento regional e devem ser motivo de ação dos governos e do Banco.

As demandas desses grupos de países estão encontrando resposta no melhoramento da governabilidade interna dessas instituições, em particular no fortalecimento de um sistema de avaliação independente e rigoroso, na maior coordenação com outros organismos (especialmente o Banco Mundial e FMI com os bancos sub-regionais) através do intercâmbio de informações, trabalho conjunto e harmonização de diagnósticos e condicionalidades. Também aspiram a ver um maior relacionamento com o sistemas das Nações Unidas.

3. Reafirmação e aprofundamento dos mandatos do Oitavo Aumento

Como acabamos de recordar, o Oitavo Aumento de Recursos definiu uma série de objetivos claros e precisos por parte dos Governadores para a ação do Banco em apoio ao desenvolvimento econômico e social que mantêm toda sua vigência no início desta nova década.

O Oitavo Aumento pediu que o Banco concentrasse seus esforços na *redução da pobreza e da desigualdade, na modernização das instituições públicas e privadas, na integração e no meio ambiente.*

Cabe aos Governadores agora decidir se devem reafirmar e enfatizar algumas áreas específicas das prioridades estabelecidas pelo Oitavo Aumento à luz dos problemas que a região enfrenta. A Diretoria decidiu dedicar-se ao estudo das novas circunstâncias que

merecem reafirmar e reforçar os objetivos da ação do Banco definidos em 1994. A Administração preparou desde 1998 vários documentos apresentados à Diretoria e aos Governadores; alguns, como a contribuição a uma *nova estratégia institucional*, foram preparados conjuntamente pela Diretoria e a Administração em 1999 e suas conclusões foram aprovadas pela Diretoria. A Diretoria também organizou reuniões intensas para discutir este tema de onde sairão no futuro as recomendações aos Governadores.

Acreditamos que os objetivos centrais do Oitavo Aumento mantêm toda sua validade e devem ser reafirmados especialmente.

- A focalização na *redução da pobreza, da desigualdade, do desemprego e da exclusão*. Independentemente das taxas moderadas de crescimento, a região pode executar programas maciços de redução da pobreza que poderiam alcançar as *metas do desenvolvimento internacional* em tempo mais breve que outras regiões. Experiências bem-sucedidas como o Programa Pobreza do México e a Bolsa Escola do Brasil são um bom exemplo do que queremos afirmar.
- A focalização na *modernização das instituições públicas e privadas*, objetivos que têm sua nova versão na ação para o melhoramento da governabilidade e da competitividade. Ambos os elementos são fundamentais para acelerar o processo de crescimento. Demonstrou-se que, quando o ritmo de crescimento é dinâmico, sente-se sempre um impacto imediato na redução da pobreza. Esse impacto pode ser maior e permanente segundo as políticas que o acompanham, mas não haverá solução de longo prazo dos problemas sociais sem um crescimento muito mais acelerado que o atual.
- A *integração* mantém toda sua vigência, ampliada especialmente nas atuais circunstâncias da internacionalização das economias regionais.
- A *dimensão* ambiental continua sendo um objetivo central e transversal na ação das instituições públicas e privadas, em particular de nosso Banco.

Mas existem também ênfases particulares que a Diretoria e os Governadores deverão analisar e que, apesar de corresponder ao espírito do Oitavo Aumento, adquirem uma especial relevância nas atuais circunstâncias da economia e das sociedades regionais.

Entre algumas das prioridades poderíamos citar:

- ***A reativação do apoio à infra-estrutura física, tanto econômica como social.*** Esta é uma área tradicional do Banco que deve ser fortalecida à luz das novas demandas do desenvolvimento, em particular da integração. O Banco não pode nem deve perder seu compromisso fundamental com estas áreas de cooperação com a região que marcaram seu trabalho na América Latina e no Caribe ao longo de toda a sua história.
- ***O fortalecimento das redes de proteção social*** que se manifestou como um instrumento eficaz para o combate da pobreza. Detrás dessas redes adquire especial relevância o apoio à microempresa, onde o Banco tem uma experiência considerável.
- ***A mobilização da participação dos cidadãos*** na captação de recursos em favor da solução dos temas sociais. O Banco deverá trabalhar na construção de pontes de cooperação entre o Estado e a sociedade civil, especialmente nas áreas de pobreza e emprego.
- ***A criação de um ambiente propício ao desenvolvimento do setor privado***, em particular o desenvolvimento dos mercados de capital, tanto nacionais como regionais, assim como o estabelecimento de regras do jogo claras e transparentes para o funcionamento dos mercados. Neste contexto adquire especial relevância uma renovada ação em favor do apoio às pequenas e médias empresas.
- ***A continuação do apoio à reforma dos sistemas financeiros***, em especial o estabelecimento de normas internacionais de boas práticas bancárias e das medidas contra a lavagem de ativos.

- A *identificação de bens públicos regionais*, que devem ser apoiados pelo Banco, como a proteção do meio ambiente, a luta coletiva contra doenças endêmicas regionais, as oportunidades de apoiar a educação através de programas baseados no uso intenso das novas tecnologias da informação entre países na região ou no âmbito das sub-regiões.
- O *uso das tecnologias da informação* em atividades como a educação, a saúde, a governabilidade, o apoio às pequenas e médias empresas e, em geral, em todas as atividades que tendam a aumentar o uso destas tecnologias em nossas economias. Em particular, é preciso definir como o Banco pode contribuir a um esforço decidido para reduzir a brecha que existe em nossas sociedades entre aqueles que têm acesso às técnicas de informação e as amplas majorias às quais não chega essa oportunidade.

Estas são algumas das frentes que devemos avaliar num processo de revisão e aprofundamento dos objetivos do Oitavo Aumento.

Para ilustrar estes problemas, a Administração apresentou a esta reunião o documento “Implementação da Estratégia Institucional: Relatório à Assembléia de Governadores”, que inclui algumas considerações sobre os objetivos do Banco nesta década.

Este documento, junto com os anteriores, poderia servir como ponto de apoio ao debate interno na Diretoria e a partir desse debate levar aos Governadores as recomendações que permitam nos próximos meses ter um processo de reafirmação e de fortalecimento dos objetivos do Banco na próxima década a partir dos parâmetros assinalados pelo Oitavo Aumento de Recursos.

4. Como atualizar os instrumentos à disposição do Banco?

Nos últimos anos, chamaram a atenção as dificuldades que o Banco tem para alcançar o volume de empréstimos próximo do nível sustentável permitido pelo capital ordinário, que oscila entre 8 e 9 bilhões de dólares. Situação semelhante vem enfrentando o Banco Mundial. Essa capacidade só foi utilizada plenamente nos últimos anos quando foram

concedidos créditos extraordinários para fazer frente aos fenômenos financeiros para cuja contenção e resolução foi preciso apoiar os países em situações de contágio financeiro e volatilidade dos mercados.

Que explicaria esta situação de falta de apetite por parte dos países de renda média pelos empréstimos do Banco para investimento público?

Consideramos que a explicação deveria encontrar-se numa combinação de fatores que se potenciam mutuamente:

- Os programas de privatização afastaram os governos dos tradicionais investimentos em infra-estrutura, que agora são cobertos pelo setor privado. Isso explica, também, a pronunciada demanda de créditos de parte do setor privado nos setores de energia e transportes e alguns setores sociais como o abastecimento de água.
- As políticas de ajuste econômico adotadas para fazer frente a essas crises externas, assim como as novas medidas de responsabilidade fiscal tomadas pelos governos e emanadas de leis sancionadas pelos Congressos, impuseram limites ao endividamento público que restringem a contratação de crédito interno e externo.
- As mesmas restrições orçamentárias impedem ou atrasam a contribuição pelos governos dos recursos de contrapartida local que o Banco exige em seus projetos, de acordo com a matriz de financiamento em divisas estabelecida pelos Governadores, limitando a capacidade de absorver recursos externos autorizados previamente ou adicionais.
- Nos países de menor desenvolvimento econômico relativo, o Banco já acumulou um grande saldo pendente a seu favor, o que torna difícil aumentar o fluxo de créditos acima do que autorizou aos países nos últimos anos. Além disso, cabe recordar que os países que podem receber créditos concessionais têm os limites que se derivam da dependência da disponibilidade de recursos para tal fim no FOE, bem como os derivados da própria capacidade de absorção interna de recursos adicionais.

- Por último, não devemos ignorar o fato de que em alguns casos, quando as condicionalidades são excessivas ou quando os procedimentos para sua tramitação são demasiado burocráticos, isso desestimula os países a recorrer ao Banco quando dele necessitam e torna mais difícil a própria execução dos programas. Estes fatos deverão levar a uma revisão do sistema de condicionalidades aplicadas aos empréstimos para torná-las mais realistas e operacionais sem sacrificar a qualidade e efetiva contribuição destes projetos ao desenvolvimento econômico e social dos países.

É claro que, na medida em que os países alcancem um maior acesso aos mercados privados de capital e se assente sua credibilidade creditícia internacional, as demandas de crédito do Banco deverão diminuir, como um resultado salutar e natural do processo de desenvolvimento dos países.

Isso provocará mudanças a médio prazo na relação dos países maiores da região com a instituição; seu endividamento com o Banco poderia diminuir, mas não ocorreria o mesmo com seu interesse pelos serviços não financeiros que o Banco pode proporcionar e por sua associação com o resto da comunidade latino-americana para a qual o Banco oferece um âmbito de cooperação privilegiada.

Continuam existindo áreas que estimulam o interesse destes países em contar com o apoio financeiro e técnico do Banco, como, por exemplo:

- ***No âmbito dos projetos sociais*** para amplos segmentos de suas populações onde radicam as grandes massas de pobres da região. O Banco pode realizar associações inteligentes e focalizadas com os governos com base em sua experiência e em sua análise dos problemas da pobreza. O Banco vem inovando nesse sentido e descobrindo novas áreas de cooperação criativas e altamente positivas.
- ***As demandas de infra-estrutura*** impulsionadas pelas políticas integracionistas que abrem um espaço ao investimento público, especialmente o investimento privado. A associação do Banco com estes programas é fundamental, não só porque contribui para mobilizar recursos de longo prazo através do guichê do setor privado, mas

também porque contribui para desenvolver os sistemas normativos (energia, transporte, meio ambiente) que uniformizam as regiões, gerando um mercado ampliado. Isso abre renovadas possibilidades ao investimento privado nacional e estrangeiro e melhora a qualidade dos projetos.

- ***As demandas de apoio a reformas pendentes, particularmente no setor financeiro.*** Já mencionamos a prioridade do apoio aos mercados de capital ainda incipientes na região e a adesão dos países aos códigos financeiros internacionais de boas práticas bancárias e da luta contra a corrupção e a lavagem de ativos. Estas áreas são especialmente prioritárias para os países de renda média.
- ***As reformas dos governos locais,*** tarefa pendente na maioria dos países como produto dos processos de descentralização de responsabilidades em andamento. O Banco vem desenvolvendo neste campo importantes experiências que se estenderão à maioria dos países.
- O apoio às políticas e investimentos vinculados aos ***processos de integração***, assim como as relações hemisféricas e mundiais da região.
- O apoio a ***situações de emergência*** geradas pela volatilidade dos mercados financeiros, como ocorreu nos últimos anos. É bom recordar que não é responsabilidade dos bancos de desenvolvimento multilaterais assumir um papel ativo nos problemas de desequilíbrio financeiro, que correspondem primariamente ao âmbito de ação do Fundo Monetário Internacional. Todavia, o efeito que essas crises tiveram sobre os setores populares compromete diretamente a responsabilidade dos bancos de desenvolvimento. Um dos grandes fatores de retrocesso na batalha contra a pobreza nos últimos anos foram as crises recentes que tiveram um impacto enorme sobre os níveis de vida das classes populares, o desaparecimento maciço das pequenas e médias empresas e, por conseguinte, o crescimento do desemprego.

O apoio aos setores vulneráveis durante as crises através da sustentação do gasto social ou de políticas focalizadas para minimizar seu impacto sobre os pobres deve ser uma

área de ação do Banco. O mesmo se poderia dizer do apoio dentro desse processo de saída da crise a reformas de políticas que ajudem a proteger estas economias do comportamento errático dos mercados financeiros internacionais ou o próprio déficit das políticas internas (políticas de blindagem).

Dentro deste panorama devemos perguntar:

- Como devem operar os distintos instrumentos de que atualmente dispõe o Banco para fazer frente às novas realidades e às novas demandas dos países?
- São necessários novos instrumentos para assegurar uma presença útil do Banco que lhe permita atuar de forma anticíclica em relação aos países membros sem afetar, como já dissemos, a qualidade de suas intervenções e a contribuição das mesmas ao desenvolvimento econômico e social?

Estas são algumas das perguntas de relevância fundamental para uma instituição em que 21 dos 26 membros são considerados países de renda média.

Este tema constitui um assunto de atenção especial por parte do Banco Mundial e seu Comitê de Desenvolvimento e será considerado pelos Governadores de forma especial na próxima reunião de abril desta Comissão.

Queríamos tecer algumas considerações a respeito. São conhecidos os instrumentos fundamentais de que a instituição dispõe para cooperar com os países: o diálogo, a programação, a cooperação técnica do grupo do BID, os empréstimos e a coordenação com os demais organismos internacionais.

Permitam-me apresentar algumas observações sobre cada um destes instrumentos à disposição do Banco.

- **O diálogo com os países.** No caso do BID, este diálogo teve um papel central ao longo de toda a sua história. Devemos destacar a crescente importância que o diálogo tanto com os governos quanto com o setor privado adquiriu nos últimos

anos. Obviamente, a profundidade e o alcance do diálogo com cada um destes atores são muito diferentes.

O diálogo com os governos funciona em diversos níveis que vão desde a presença física das representações do BID em cada país, o que assegura um conhecimento e contato diário permanente com os níveis públicos e privados, até os encontros de diálogo e reflexão que impulsionamos nos últimos anos com os governos, o setor privado e a sociedade civil.

O diálogo direto com os governos em diversos níveis também é feito pela Sede, através de seus departamentos regionais, de seus departamentos técnicos e dos contatos periódicos e diretos da Presidência e da Alta Administração com as autoridades do país.

Os encontros com os *governos recém-empossados* por parte da Administração, nos quais participam os funcionários da respectiva representação e os economistas do Banco, se mostraram um instrumento útil e proveitoso tanto na experiência do Banco como dos membros das novas equipes de governo.

O diálogo entre governos e a sociedade civil em torno dos problemas sociais e econômicos foi iniciado pelo Banco em 1994, depois do Oitavo Aumento. As experiências em vários países conseguiram forjar acordos básicos incluídos em vários estudos publicados pelo Banco. Este tipo de diálogo sobre programas sociais foi pioneiro na região e nos bancos de desenvolvimento.

Igualmente, após a Cúpula Social de Copenhague, iniciou-se um diálogo especialmente focalizado numa estratégia social integral que o Presidente Alwyn realizou junto com a Administração do BID em vários de nossos países.

Nossa participação na formulação das estratégias de redução da pobreza foi uma excelente experiência, a partir da qual os países podem decidir por si mesmos os mecanismos de colaboração com a sociedade civil em torno das prioridades dos programas sociais de luta contra a pobreza.

Pareceria oportuno estender essas iniciativas aos demais países da região e nessa tarefa um trabalho conjunto com o Banco Mundial e as Nações Unidas seria particularmente útil e relevante.

- ***A programação por país.*** A programação das relações do Banco com cada país se alimenta dos resultados dos diálogos, mas também da análise da situação econômica e social em cada caso. Lamentavelmente, os recursos destinados às análises econômicas e sociais dos países são escassos. Nossa cooperação ainda é insuficiente e poderia ampliar-se consideravelmente, prestando um valioso serviço aos países no conhecimento de seus problemas e identificação das soluções. A programação por país também é uma oportunidade para incidir construtivamente nas grandes áreas de ação dos governos, particularmente nos setores sociais e de governabilidade.
- ***A cooperação técnica do Grupo do BID.*** Este instrumento é um dos mais valiosos com que conta a Instituição, e foi percebido como tal pelos fundadores do Banco ao incorporar a cooperação técnica em sua carta orgânica.

Estamos numa situação especial em que a tarefa fundamental de apoio que cumpre o Fumin, associado aos grandes objetivos da Instituição, em particular o melhoramento da governabilidade, a capacitação e luta contra a pobreza através do apoio às microempresas, se converteu em instrumento de crescente presença nos países membros.

A cooperação técnica também é um valioso instrumento para melhorar a qualidade dos projetos e utilizar os mesmos para transferir aos países as melhores práticas e experiências do Banco através de sua presença em todos os países membros da região.

Para vencer as limitações dos recursos disponíveis, os países membros decidem cada vez mais endividar-se com o Banco para melhorar a capacidade de contar com a provisão de serviços não financeiros de assessoria.

- ***Os empréstimos.*** Creemos que a revisão dos tipos de empréstimos de que dispõe o Banco deveria realizar-se à luz das necessidades dos países e dos objetivos da

cooperação do Banco. Em todo caso, essa revisão deve partir do conjunto de instrumentos de apoio de que já dispõe a Instituição.

Com este fim, a Administração do Banco entrega aos Governadores um documento que analisa distintas alternativas que permitiriam inovar em relação aos instrumentos disponíveis, incluindo a discussão sobre a *matriz de financiamento* que enquadra os limites de empréstimo aos grupos de países e a exigência de fundos de contrapartida. Esta iniciativa veio mudando desde os anos 60 e admitindo diversas porcentagens de acordo com a natureza dos países e o tipo de operações que o Banco financia.

Não desejamos entrar em proposições concretas neste documento, mas manter o princípio de que a *flexibilização* de alguns dos parâmetros que o Banco vem aplicando, bem como sua delegação à Diretoria, seria altamente aconselhável se quisermos dotar o Banco de instrumentos idôneos para atuar ante as novas demandas do desenvolvimento de seus países membros.

Os Governadores previram em 1994 a necessidade de ajustar os parâmetros operacionais estabelecidos pelo BID-8 e recomendaram revisar as pautas e modalidades de financiamento periodicamente. O que estamos examinando, portanto, não é a necessidade de introduzir ajustes em vários parâmetros operacionais, mas a forma mais eficiente e razoável de fazê-lo para assegurar:

- Que o Banco mantenha sempre em sua mira o objetivo para o qual foi criado: contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros;
 - Que este objetivo e os instrumentos e mandatos com os quais atua sejam coerentes;
 - Que se resguarde a solvência financeira da instituição.
- *A coordenação com os demais organismos internacionais.* Na última década a Administração vem coordenando suas atividades com os organismos de Bretton Woods, através de uma relação permanente entre os membros da Alta

Administração e entre as equipes técnicas com as quais se mantém em contato regular em torno das atividades em cada país e dos problemas gerais da região. Esses contatos implicam um intercâmbio de informação, missões conjuntas e a preparação de projetos elaborados conjuntamente e que se submetem diretamente às duas Diretorias para seu co-financiamento. Representantes do Fundo Monetário Internacional são convidados a informar a nossa Diretoria, quando as circunstâncias assim o aconselham, sobre a conjuntura econômica dos países.

Este relacionamento, porém, pode e deve ser intensificado: coordenando a realização de estudos e análises de países, utilizando em comum a disponibilidade dos especialistas de cada organização, analisando políticas integradas em matéria de pobreza, de governabilidade, etc. Este trabalho coordenado se torna ainda mais urgente e necessário considerando as limitações orçamentárias que hoje têm ambas as instituições.

As relações com o sistema da ONU são ainda débeis, com a única exceção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Creio que se abrem novas oportunidades de trabalho conjunto aproveitando as vantagens comparativas de cada instituição.

5. Preservar a natureza regional da Instituição

Em reiteradas oportunidades dissemos que este Banco é o produto do espírito de solidariedade e cooperação regional e hemisférica que inspirou sua criação.

Isso nos faz concluir que, além de responder aos objetivos fundamentais e compartilhados dos bancos multilaterais de desenvolvimento, o BID deve ser fiel às prioridades regionais e à promoção desse espírito. Não se trata por certo de alentar uma visão introspectiva de desenvolvimento regional que já foi superada pelos fatos, mas fazer dessa cooperação um instrumento adicional das políticas de desenvolvimento, facilitando assim uma incorporação mais dinâmica e criativa da América Latina e do Caribe à economia hemisférica e mundial.

A preservação dessa natureza regional supõe o aprofundamento do sentido de propriedade dos países mutuários na Instituição, o que constitui um dos grandes ativos desta casa.

Esta visão regional supõe também que o BID deva continuar altamente comprometido com a cooperação regional num sentido amplo, não só no que se refere aos mecanismos de integração mas também em toda forma de cooperação entre países e grupos de países, incluindo o apoio aos mecanismos de negociação comercial com outros blocos econômicos.

A cooperação para o desenvolvimento da infra-estrutura física é um ponto muito importante dessa lealdade com as origens da Instituição. Por isso, estamos apoiando em forma decidida as iniciativas do Presidente do Brasil com relação à América do Sul e do Presidente do México com relação ao México e ao Istmo Centro-Americano através do chamado Projeto Puebla-Panamá.

A cooperação com os processos de fortalecimento dos mecanismos de integração regional incluem, entre outros, a harmonização de políticas econômicas, o desenvolvimento fronteiriço e a cooperação monetária e financeira.

A cooperação regional no uso das tecnologias da informação para apoiar programas regionais e sub-regionais de educação, saúde, governabilidade e apoio às pequenas e médias empresas, através de redes regionais ou sub-regionais, etc.

A cooperação entre distintos setores privados, no âmbito regional e sub-regional, incluindo o desenvolvimento dos mercados de capitais e bolsas de valores.

B. Conclusões

A Administração apresentou à consideração da Diretoria e da Comissão da Assembléia de Governadores os documentos aos quais se refere o Anexo a este documento.

Todavia, queríamos ressaltar que o tema comum proposto pelos quatro documentos é a necessidade de transformar o Banco numa instituição muito mais flexível. Para alcançar os objetivos de desenvolvimento estabelecidos no Oitavo Aumento e manter a relevância e

efetividade institucional, precisamos de flexibilidade tanto no que se refere às políticas como aos procedimentos e processos operacionais, assegurando a manutenção da transparência e probidade na gestão institucional. Do mesmo modo que, para concretizar o acordo da iniciativa reforçada para os PPME, também foi necessária uma certa flexibilidade.

O objetivo de aumentar a flexibilidade da instituição é inseparável do propósito de aumentar o rigor e a profundidade do diagnóstico e da análise e avaliação dos resultados da ação do Banco. Os parâmetros operacionais serviram não só como pautas para a distribuição dos recursos do Banco, mas também como limites ou mecanismos de controle, que devem ser revisados. A flexibilização desses parâmetros poderá influir na formulação do programa de empréstimos do Banco segundo as necessidades dos países e também em seu papel como variáveis de controle. Em outras palavras, a flexibilização tem um objetivo transcendente: manter a relevância, oportunidade e eficácia das ações de desenvolvimento apoiadas pelo Banco; mas requer um sistema rigoroso de programação estratégica e avaliação de resultados. Contudo, é bom advertir que dificilmente poderemos afiançar o sistema para medir os benefícios de nossas intervenções de maneira isolada da ação e das decisões dos países e outras instituições de desenvolvimento.

É uma tarefa difícil, porque não se trata apenas de tornar mais rigorosa a medição do trabalho do Banco. Primeiro, e principalmente, trata-se de tentar medir resultados que só estão sob nosso controle parcialmente, que só parcialmente são atribuíveis à nossa presença. Mas estamos comprometidos a que nossos países acolham a idéia de que o desenvolvimento de economias mais produtivas e competitivas, de sociedades mais justas e integradas, requer uma visão estratégica por parte da classe política e dos governos. Estas estratégias serão feitas para cada país, estarão ancoradas na experiência e história de cada sociedade, mas contribuirão para definir a direção de longo prazo em que queremos ir e as metas para alcançá-la. A essência da programação estratégica do Banco é poder acompanhar o esforço dos países para alcançar as metas de desenvolvimento identificadas. Isso requer o apoio do Banco a programas de investimento cujos benefícios se materializam a médio e longo prazo, mas também poderá requerer pontes de curto prazo quando forem indispensáveis para não comprometer os objetivos de longo prazo.

Esperamos que estes relatórios, assim como as considerações desta mensagem aos Governadores, possam servir de ponto de partida para as reflexões que a Diretoria se propõe realizar nos próximos meses, cujos resultados seriam pontos de apoio às deliberações que a Comissão de Governadores poderia manter em torno ao posicionamento da Instituição no debate internacional sobre o papel dos bancos de desenvolvimento, na ratificação e priorização dos objetivos do Banco para a próxima década e na análise dos novos instrumentos que possam servir de apoio a essas políticas do Banco.

Em conclusão, queríamos submeter os seguintes pontos à consideração dos Governadores:

- A atual discussão internacional com respeito ao papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento é oportuna e necessária, e o Banco deve assumir posições claras para uma participação ativa e construtiva nesse debate por parte dos Governadores.
- A revisão do papel do Banco no início da década tem relação com a mudança experimentada pelos países membros na passada década, em suas estruturas econômicas e sociais, assim como os efeitos da internacionalização das economias da região. Todo isso gerou renovadas demandas sobre a ação do Banco.
- A revisão de objetivos sobre os quais se poderia construir uma nova agenda cooperativa deverá basear-se na ratificação dos objetivos assinalados pelos Governadores no Oitavo Aumento e no aprofundamento de alguns dos mesmos em áreas vinculadas às novas realidades e demandas dos países.
- O objetivo de ataque frontal à pobreza, articulado pelo Oitavo Aumento, deverá continuar sendo o tema central de nossa atuação como parte de uma ambiciosa agenda de desenvolvimento social que inclua esforços em favor de uma maior igualdade do emprego e da inclusão dos segmentos sociais excluídos do progresso econômico e social.
- O objetivo da modernização das instituições públicas e privadas do Oitavo Aumento tem sua nova visão nos problemas de governabilidade e de competitividade. O *bom*

governo é um objetivo inescapável de qualquer reforma estrutural de nossos países e de sua política de desenvolvimento. A competitividade é um instrumento fundamental do crescimento econômico de maior e melhor qualidade, sem o qual seria impossível assistir a um autêntico desenvolvimento social.

- A *integração* está no centro mesmo da constituição da ação do Banco e é hoje um objetivo fundamental, tanto da ação individual como coletiva dos países da região. Este objetivo deve ter uma alta prioridade nas políticas de cooperação institucional.
- A dimensão do meio ambiente deverá continuar inspirando a construção de uma agenda integral de desenvolvimento sustentável para os países da região.
- Novas frentes de ação do Banco se derivam das anteriores considerações e deverão ser focalizadas, preservadas e priorizadas pelos Governadores.
- O Banco já dispõe de um conjunto de instrumentos que foram aprovados pela Comissão de Governadores. Uma efetiva flexibilização em mãos da Diretoria é altamente desejável. A contrapartida natural da flexibilização seria a avaliação de resultados ante a Diretoria e os Governadores por parte da Administração.
- Em todo este exercício devemos levar especialmente em conta as especiais vantagens comparativas de nosso Banco, com 40 anos de presença na região. Essas vantagens comparativas incluem o sentimento de propriedade que experimentam os países mutuários no Banco, o contato permanente franco e aberto com os governos e os atores do processo de desenvolvimento (públicos e privados), o compromisso com os temas sociais, com a governabilidade, a integração, etc. Qualquer reforma deveria potenciar essas vantagens que são o grande capital da Instituição.

Como já repetimos, a tarefa do Banco é ser relevante. E essa relevância só se mantém se o trabalho do BID ajuda os países nos problemas que devem enfrentar ante as novas realidades nacionais e internacionais.

Uma relevância nacional e regional permitiria que o Banco servisse adequadamente aos grandes objetivos internacionais e, em particular, aos movimentos para uma arquitetura

financeira internacional. No cumprimento de seus objetivos o Banco não pode nem deve ignorar seu compromisso com a comunidade financeira internacional e seus grandes objetivos, particularmente aqueles que se derivam da necessária contribuição da Instituição aos *bens públicos comuns* que hoje sensibilizam em forma especial a opinião pública mundial.

Este documento é apenas uma contribuição inicial ao que esperamos seja um amplo debate com a Diretoria e depois com os Governadores nos próximos meses. O anexo sintetiza as contribuições dos relatórios da Administração a esta Comissão de Governadores.

A contribuição da Administração à Comissão de Governadores

Dados os desafios de desenvolvimento assinalados e em função da evolução das necessidades dos países, a Administração se dedicou a analisar os fatores que impedem otimizar a utilização de nossa capacidade financeira e técnica, e como podemos aumentar a efetividade de nossos ativos ao serviço do desenvolvimento. A Administração apresenta para consideração da Assembléia de Governadores quatro relatórios sobre temas que estão indissolavelmente ligados entre si, que são os seguintes:

- Um relatório sobre a *implementação da estratégia institucional*, apresentando a metodologia que o Banco se propõe utilizar para alcançar os objetivos de redução da pobreza e de crescimento sustentável delineados pelo Oitavo Aumento, e organizar seu trabalho em cada uma dos quatro âmbitos prioritários (documento GN-2077-7).
- Um documento que, partindo de uma discussão de dois dos parâmetros fixados pelos Governadores no documento do Oitavo Aumento de Recursos, os limites máximos de financiamento “em divisas” que o Banco pode conceder em seus projetos (a chamada *matriz de financiamento*) e a distribuição de empréstimos entre operações *de apoio a reformas de políticas* (documento GN-2146) e empréstimos de investimento, propõe: (i) a necessidade de ajustar as pautas e modalidades operacionais do Banco para que este possa continuar respondendo às necessidades de desenvolvimento econômico e social dos países; e (ii) a conveniência de que os Governadores atribuam à Diretoria a responsabilidade de revisar periodicamente estas pautas e parâmetros operacionais, para dar-lhes maior flexibilidade, e assegurar sua permanente coerência com os objetivos institucionais.
- Um documento que propõe aumentar o *limite máximo das operações no setor privado sem garantia soberana para 10% da carteira de operações pendentes de*

pagamento do Banco, deduzidos os empréstimos outorgados nas condições do programa de emergência financeira, incluindo o valor das garantias menos os montantes ressegurados (documento GN-2144).

- Um relatório sobre a *participação do Banco na Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados* (documento GN-1970-26).

O sistema de orientação institucional

O Banco contou tradicionalmente com um sistema de orientação institucional constituído por três elementos principais: i) o *Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento*, que estabelece os objetivos permanentes da instituição; ii) os *Acordos Periódicos de Aumento dos Recursos do Capital* negociados entre os países membros da instituição, que estipulam as prioridades do Banco ao longo de um período plurianual; iii) o *processo decisório normal* realizado pela Diretoria Executiva.

O *Convênio Constitutivo* estabelece que o propósito geral da instituição será o de promover o desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo dos países membros regionais em desenvolvimento. O Oitavo Aumento Geral dos Recursos do Banco (BID-8) estabeleceu como **campos essenciais** da atividade do Banco: (a) a redução da pobreza e a equidade social; (b) a modernização e a integração; e (c) o meio ambiente. Apesar do tempo transcorrido, esses temas continuam tendo plena vigência e se traduzem em duas perguntas essenciais que cada proposta de empréstimo ou atividade auspiciada pelo Banco deve responder: como estamos contribuindo ao crescimento ambientalmente sustentável e qual a contribuição para reduzir a pobreza e melhorar a igualdade social?

Com o propósito de fortalecer a capacidade de planejamento estratégico da instituição e dotá-la ao mesmo tempo da flexibilidade e agilidade para cumprir os mandatos dos Governadores e responder em tempo e forma através de sua oferta de serviços às demandas dos países da Região, em fins de 1999 a Diretoria Executiva considerou o relatório do grupo de trabalho sobre a estratégia institucional e aprovou suas recomendações (documento GN-2077-1). Este documento apresenta um conjunto de princípios considerados essenciais para priorizar as atividades do Banco.

A estratégia institucional destacou a necessidade de adotar um enfoque que permita concentrar as intervenções do Banco nas áreas em que tem uma vantagem comparativa com relação às demais instituições multilaterais: i) reforma dos setores sociais; ii) modernização do Estado; iii) competitividade; iv) integração econômica.

O trabalho do Banco nessas esferas foi enunciado com mais detalhes pelo Presidente do Banco no relatório apresentado à Octogésima Reunião da Comissão da Assembléia de Governadores (documento CS-3258) e pelo Presidente do Grupo de Trabalho sobre a Estratégia Institucional no relatório apresentado na mesma reunião.

Os resultados do Banco desde a negociação do BID-8

Não obstante, dadas as mudanças ocorridas no contexto internacional e em cada país desde a negociação do BID-8, talvez seja necessário introduzir ou revisar alguns assuntos operacionais.

O documento *Alguns Assuntos Relativos a Empréstimos (GN-2146-1)*, apresentado pela Administração à Diretoria, mostra os avanços que o Banco realizou no cumprimento desses mandatos. Em termos gerais, considero que os temas foram abordados pela Administração com os resultados ali indicados, entre os quais me permitiria destacar alguns temas especialmente.

Desde a aprovação de BID-8, o Banco se converteu na principal fonte de financiamento multilateral para a região. A instituição executa um programa de empréstimos inovador e diversificado, que enfatiza a redução da pobreza, o desenvolvimento do setor social, a modernização do Estado e a expansão da infra-estrutura básica. Nesse período, o programa de empréstimos regulares do Banco compreendeu um total de 513 projetos, no montante de US\$ 42,3 bilhões. Os empréstimos para investimentos destinados ao setor público constituíram a maior parte desse total, com US\$ 32,3 bilhões, e se destinaram US\$ 2,4 bilhões ao setor privado. Os programas de apoio às reformas de políticas e instituições representaram 17,9% do total comprometido entre 1994 e 2000, com um montante de US\$ 7,6 bilhões. Ademais, o Banco aprovou nove empréstimos enquadrados no programa de Empréstimos para Emergências, com um montante de US\$ 7,6 bilhões quase totalmente

desembolsado, para fazer frente às necessidades dos países afetados negativamente pela crise financeira da Ásia e Rússia em 1997. Os países de menor desenvolvimento relativo (*Grupo II*) receberam 33,5% do total dos empréstimos regulares.

Em **matéria social** e em cumprimento das metas de redução da pobreza e equidade social, 43,7% do número de projetos e 42,1% do montante dos empréstimos regulares se destinaram a atividades sociais, superando a meta estabelecida no BID-8. Mais importante ainda é que o Banco ampliou de forma considerável sua ação na área social, abrangendo não só as áreas tradicionais, formação de recursos humanos no campo da saúde e educação, mas em novos setores que vão desde os problemas da mulher e o desenvolvimento das comunidades indígenas, até o apoio à PME, melhoramento de bairros, a violência urbana e doméstica, entre outros.

Creemos que nessa matéria a presença do Banco nestes campos é reconhecida pelos países mutuários. Queríamos destacar especialmente o apoio prestado para a conceptualização, financiamento e avaliação das redes de proteção social, através de empréstimos especiais orientados a compensar os impactos sociais produzidos como consequência do período de ajuste e da grande vulnerabilidade externa de nossas economias.

Em matéria de **competitividade**, a ação do Banco se concentrou na modificação dos sistemas normativos, reformas financeiras, abertura externa, reforma da justiça, reforma do Estado em todos os níveis e o impulso às PME e à microempresa. Neste campo, a contribuição do Fumin foi muito valiosa como instrumento para impulsionar vastas ações de cooperação técnica nestes campos, particularmente nas reformas do setor público.

Especialmente significativo tem sido o apoio à **integração**, não só aos mecanismos estabelecidos de integração sub-regional, mas também aos novos desafios para a incorporação da América Latina ao mercado norte-americano e à Europa.

No campo **ambiental**, reforçou-se a introdução da variável ambiental em todas as ações do Banco, assim como também o apoio a iniciativas ecológicas, particularmente significativas para a região, como o caso do Pantanal, do Darién e do Petén. Em todos os

casos, procurou-se a inovação através da participação dos setores sociais e uma transparência clara em matéria de informação à opinião pública.

No campo do **setor privado**, o desenvolvimento da ação do Banco vem se consolidando através da formação dos recursos humanos, bem como da presença e do interesse crescente de parte do setor privado da região em ter acesso a este guichê, que dá claras indicações de um avanço e de uma demanda significativa nos próximos anos.

Atualização dos instrumentos

Dados os objetivos institucionais do Banco e a nova realidade dos países, tornou-se necessário revisar os instrumentos, políticas e procedimentos de financiamento de que dispõe o Banco para que sejam coerentes com esses objetivos, trabalho que começamos em 2000 com a aprovação por parte da Diretoria de cinco novos instrumentos com o propósito de: (i) minimizar o custo administrativo do Banco e dos países e o tempo de preparação das operações de empréstimo; (ii) contar com uma ferramenta de financiamento em fases para acompanhar o desenvolvimento de setores específicos a mais longo prazo; (iii) melhorar a preparação de projetos e a sua execução; e (iv) respaldar a inovação e experimentação, duas dimensões que são essenciais nas operações de empréstimo para o setor social.

A Administração está considerando **instrumentos adicionais** que levem em conta as necessidades dos países emanadas da reforma do Estado, o novo papel do governo nacional na economia e a divisão das responsabilidades entre este e as jurisdições locais, que constituem aspectos críticos para a preparação e execução dos projetos e programas financiados pelo Banco. Assim, é preciso revisar os instrumentos tradicionais de financiamento do investimento de que dispomos para adaptá-los às necessidades dos países, levando em consideração a capacidade institucional e de gestão de resultados dos diversos órgãos e mutuários.

Os **empréstimos de apoio a reformas de políticas** estabelecidos na Proposta do Sétimo Aumento General dos Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento viram ampliada sua aplicabilidade pelo Oitavo Aumento para ser utilizados no financiamento de programas de reformas cujos custos eram essencialmente orçamentários.

Sua utilização nos programas de reformas dos setores de educação e saúde, reestruturação das caixas nacionais de aposentadoria e de pensão e alguns programas de reforma do setor financeiro os transformou de instrumentos de ajuste externo durante a Sétima Reposição em instrumentos de ajuste interno e externo durante a Oitava. Não obstante, o limite autorizado foi reduzido do 25% para 15% do volume acumulado de empréstimo no período do BID-8, porque se previu uma diminuição da necessidade desse tipo de financiamento. No fim de 2000, esses empréstimos representaram uma porcentagem acumulada de 17,9% dos empréstimos regulares correspondentes ao BID-8, e se prevê que a demanda deste tipo de instrumento se mantenha elevada. A preferência demonstrada pelos países por utilizar os empréstimos para reformas está associada a certas características que vale a pena destacar: os desembolsos não limitam as categorias de gastos qualificados, não requerem contrapartida, e o custo de administrá-los para as unidades executoras é significativamente mais baixo.

A “**matriz de financiamento em divisas**” representa a porcentagem que o Banco pode emprestar para cobrir o custo total em divisas de determinado projeto. Atualmente, a matriz estabelece um patamar máximo de financiamento que o Banco pode outorgar, por grupos de países, de 50% a 80%, ao que se acrescentam 10 pontos percentuais para projetos que reúnem os requisitos que tornam possível a realização de investimentos orientados para a pobreza. A manutenção de uma matriz com uma faixa de porcentagens de financiamento continua sendo uma metodologia válida para interpretar e aplicar o Convênio do Banco e as disposições das políticas da instituição. Não obstante, é necessário introduzir maior flexibilidade, dadas as numerosas mudanças que ocorreram nos países mutuários, a composição dos empréstimos do Banco e as práticas de outras instituições financeiras internacionais.

A experiência dos países desenvolvidos mostrou a associação entre o crescimento do produto *per capita* e o acervo de infra-estrutura. Na América Latina e no Caribe a insuficiência e ineficiência da infra-estrutura se transformou em obstáculo para a recuperação do crescimento sustentado. Mas o impacto do investimento em infra-estrutura não só deve fazer-se sentir sobre a taxa de crescimento, mas pode ter um impacto muito significativo no desenvolvimento dos mercados nacionais de capital. Nosso desafio é

precisamente articular o investimento em infra-estrutura na América Latina e no Caribe com o desenvolvimento e integração dos mercados locais de capital com o resto do mundo. Esse é o desafio do Banco e dos países.

Em face de um montante ainda limitado de financiamento disponível nos países, e um desenvolvimento ainda incipiente dos mercados de capital local, proveniente de fundos mútuos e fundos de pensão privados nacionais estabelecidos como resultado das reformas da seguridade social, o BID como instituição financeira com uma ampla trajetória e experiência na região, e de reconhecida reputação nos mercados, se está transformando numa alavanca poderosa para mobilizar recursos privados e mitigar o risco político dos investidores. Durante os últimos cinco anos o Banco alavancou em média 6 dólares de investimento por cada dólar de capital do Banco investido em operações de empréstimo e garantia.

A proposta de expandir o guichê do setor privado, contida na “Resposta ao Relatório do Grupo de Revisão Externa das Operações para o Setor Privado” (documento GN-2144-1), parte da avaliação geral do papel que o Banco vem desempenhando na região e os resultados que a utilização dos instrumentos de empréstimo e garantia ao setor privado tiveram até agora nos países da região. Embora a carteira de operações do Banco seja ainda jovem, o exame dos primeiros cinco anos de operações realizado pela Seção de Avaliação e Supervisão do Banco concluiu que o impacto sobre o desenvolvimento e a solidez financeira da carteira de operações eram ambos positivos.

O relatório é o resultado da convocação pelo Banco de um *Grupo de Revisão Externa* para analisar o desempenho do Departamento do Setor Privado desde o começo de suas atividades e recomendar a estratégia e a escala futuras das respectivas operações. O relatório do Grupo insta o Banco a cumprir um papel mais destacado facilitando a realização de investimentos do setor privado na região, inclusive por meio de um crescimento significativo e prudente das operações para o setor privado sem garantias soberanas.

O Grupo recomendou eliminar por completo o limite máximo de 5% que se aplica ao volume de operações para o setor privado, e substituí-lo por um enfoque flexível em virtude do qual se determine o nível dessas operações através das atividades ordinárias de

programação dos países, mas a Administração do Banco considera que se deveria adotar um enfoque gradual para promover o crescimento das operações, fixando um novo limite para o financiamento do setor privado que seja equivalente a 10% dos saldos pendentes de reembolso dos empréstimos e garantias outorgados pelo Banco, excluídos os empréstimos para emergências.

Uma medida complementar ao aumento do volume de operações do Banco para financiar o investimento na região, compatível com os mandatos do Oitavo Aumento e com os compromissos institucionais básicos expostos na Estratégia Institucional do Banco, consiste em mobilizar recursos na máxima medida possível a fim de respaldar o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe. Nessa linha, a utilização de garantias de risco político constitui um instrumento idôneo para mobilizar o capital privado em operações de resseguro, porque suscitam um intenso efeito catalisador; ademais, supõem que o Banco assuma menos riscos em comparação com os empréstimos para o setor privado sem contra garantia do governo. A Administração aplicará o princípio de seletividade das companhias resseguradoras em função da qualidade de seus títulos comerciais. Quando a Diretoria Executiva aprovou as pautas para essas operações de resseguro solicitou expressamente orientação à Assembléia de Governadores sobre a maneira de medir os montantes ressegurados em relação ao limite máximo das operações para o setor privado. A Administração preparará uma proposta para agosto de 2001, a mais tardar, que será examinada pela Diretoria Executiva, para consideração posterior, se for o caso, por parte da Assembléia de Governadores.

Flexibilidade das Normas e Procedimentos

O fenômeno da globalização que está ocorrendo com a ativa participação da América Latina e do Caribe implica a internacionalização das finanças, comércio e tecnologia e, inevitavelmente, coloca a necessidade de abordar um debate a fundo sobre o papel que o Banco deve desempenhar para manter sua relevância como instituição de desenvolvimento econômico e social e principal fonte de financiamento multilateral da região. Este debate também deve ocorrer entre os sócios do Banco, dado que no âmbito do G-7 o foco fundamental são as instituições de Bretton Woods. A complementaridade de ambos os

debates é clara. Entre os aspectos a serem determinados nos mesmos figuram: as vantagens comparativas das distintas instituições, possíveis ajustes em seus mandatos e divisão do trabalho entre as mesmas, de maneira a evitar o desperdício de recursos escassos. Isso por sua vez requererá uma maior **coordenação e cooperação** com outros doadores e organismos multilaterais e bilaterais, para evitar a duplicação de esforços e promover a adoção de medidas complementares.

Independentemente de qual seja o resultado final destes debates, uma conclusão a que inevitavelmente se chegará é que, embora muitas vezes não tenhamos a faculdade de prever os sinais dos tempos, é indispensável ao menos preparar-nos para encarar os desafios que apresentam e responder a eles. Isto significa que o Banco deverá transformar-se numa instituição significativamente mais flexível. A globalização não só está exigindo uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação dos países, mas também de parte do Banco, se este quiser manter sua capacidade de responder às necessidades dos países.

A Diretoria e a Administração durante 1999 realizaram um esforço conjunto para revisar e reconsiderar o quadro institucional e organizacional que o Banco necessitava para assegurar sua contínua relevância para o desenvolvimento econômico de uma região que está mudando rapidamente. O documento sobre a estratégia institucional aspira a ser uma reafirmação da validade dos princípios e objetivos delineados no Oitavo Aumento e uma avaliação acertada do cumprimento dos mandatos junto a uma descrição das novas necessidades da região.

Assim, a estratégia institucional apresentou uma visão dos requisitos programáticos e institucionais do futuro e um enfoque para abordá-los. A Administração vem trabalhando estreitamente com a Diretoria Executiva no desenvolvimento e implantação do Plano de Ação, incluindo a metodologia que o Banco se propõe utilizar para alcançar os objetivos de redução da pobreza e de crescimento ambientalmente sustentável delineados pelo Oitavo Aumento.

Enquanto a Administração está enfocada num esforço para identificar e reverter a rigidez nos processos de produção dos serviços do Banco, esperamos que durante o curso

deste ano os Governadores e a Diretoria Executiva possam abordar o tema de como flexibilizar a capacidade de resposta do Banco frente às necessidades de desenvolvimento dos países, otimizando o uso de seus recursos, sem que isso prejudique a distribuição desses serviços entre os grupos I e II de países.

Rigorosidade da Análise e Avaliação de Resultados

Se o princípio condutor do Banco é a consecução de objetivos de desenvolvimento, o instrumento principal ao redor do qual se organizam as atividades e ações do Banco é a *programação estratégica* por país; o *Documento de País*, que estabelece os objetivos específicos de desenvolvimento, é a pedra angular assinalada pela Estratégia Institucional para guiar as atividades do Banco. Manter a coerência entre esses objetivos institucionais e políticas e instrumentos financeiros é crucial e requer um contínuo monitoramento e ajuste, de maneira a maximizar o impacto de desenvolvimento do trabalho do Banco e ao mesmo tempo resguardar a solvência financeira da instituição.

A identificação e monitoração dos objetivos específicos de desenvolvimento não só permitirão aplicar enfoques mais flexíveis à elaboração dos projetos e programas, mas proporcionarão a informação necessária para o Banco e o país sobre os resultados alcançados com respeito aos objetivos de desenvolvimento, componente essencial do sistema de orientação do Banco. Para assegurar a pertinência das ações do Banco é essencial que o programa de trabalho em cada país responda aos objetivos prioritários, que as metas perseguidas pelos projetos e programas financiados estejam alinhadas com os objetivos, que estes sejam realistas e alcançáveis e que a supervisão da execução desses programas e projetos continui focalizada em alcançar os objetivos de desenvolvimento previstos.

O sistema de orientação do trabalho do Banco conta com indicadores que se desprendem de metas indicativas e limites numéricos, cuja medição tem sido a base da avaliação do trabalho do Banco; por isso, a Administração presta contas anualmente com respeito a seu cumprimento. O documento sobre a Estratégia Institucional nos propõe um estilo de gestão que supõe revisar “o que se avalia” como resultado do trabalho institucional e “como se mede”. A medição de resultados de impacto de desenvolvimento é essencial para compreender se a utilização dos recursos investidos em produzir os serviços técnicos e

financeiros do Banco está gerando os benefícios econômicos e sociais previstos, permitindo verificar os fatores que possam estar prejudicando os níveis de utilidade entregues efetivamente aos beneficiários com respeito aos propostos. Este enfoque supõe um esforço compartilhado dos países, através de suas instituições, e do Banco através de seus projetos e programas, que já empreendemos.

As metas do Banco em cada país não podem ser distintas das metas nacionais. Queremos contribuir para identificar essas metas, gerar o consenso necessário em torno dos grandes desafios nacionais, incorporando a sociedade civil ao processo de reforma, e associar-nos com as instituições públicas nacionais como canais naturais da reforma do Estado através desses objetivos comuns.

Nossa proposta consiste em definir, mediante um processo empreendido entre a Diretoria Executiva e a Administração, uma série de medidas significativas para respaldar as metas de desenvolvimento e medidas de efetividade da estratégia do Banco no que se refere ao uso de insumos, execução e resultados. A esta tarefa estamos nos dedicando.